

Regiões pobres terão 3% do IR e do IPI

BRASÍLIA — A União terá de entregar três por cento de sua arrecadação com os Impostos de Renda e de Produtos Industrializados (IPI) às Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, sendo um por cento para cada uma delas. Da parte correspondente ao Nordeste, meio por cento será destinado ao semi-árido, o que equivale hoje a C\$ 18 bilhões, na avaliação do Senador Teotônio Vilela Filho (PMDB-AL). Ele foi o autor da emenda aprovada em favor das três Regiões, que recebeu 323 votos favoráveis, 40 contrários e 12 abstenções.

O plenário rejeitou a emenda apresentada pelo Deputado Osvaldo Almeida (PL-RJ), que pretendia incluir o Norte do Estado do Rio de Janeiro entre as regiões beneficiadas pelo dispositivo. A emenda teve apenas 68 votos favoráveis, 321 contrários e 11 abstenções.

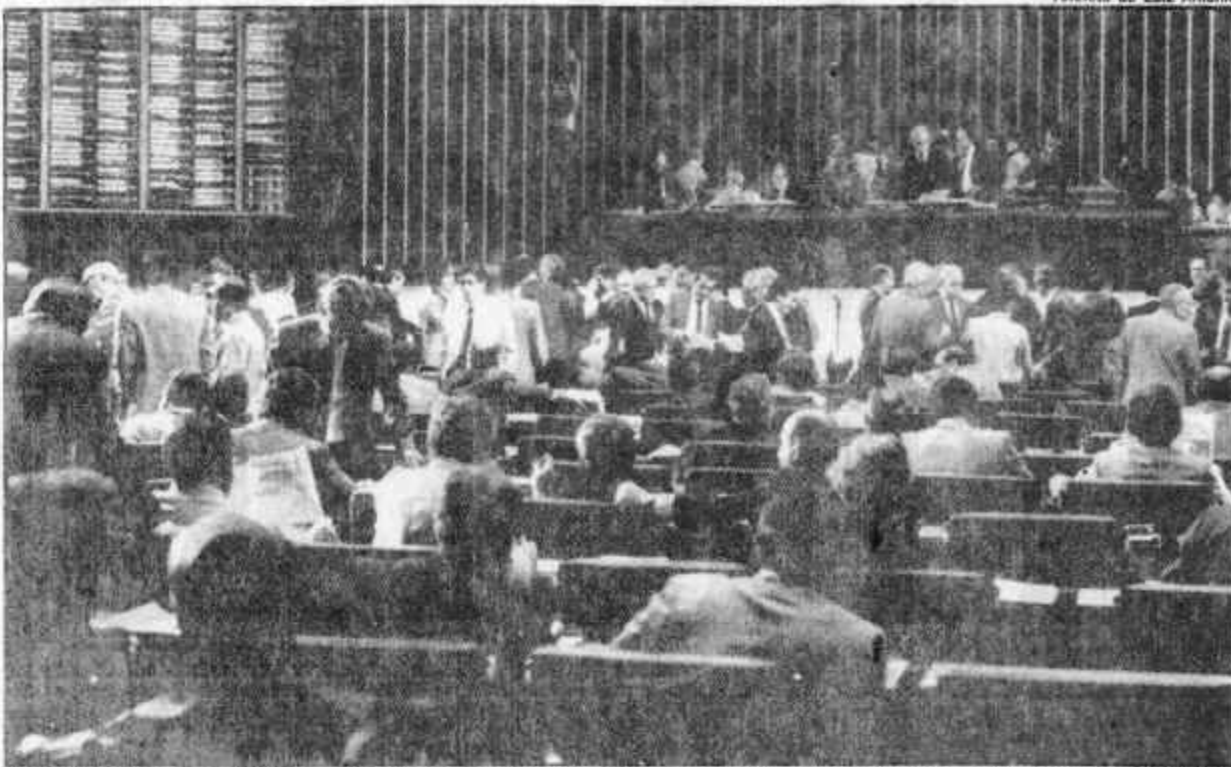
Ficou mantido, sem alteração, o texto que proíbe o Banco Central de conceder, direta ou indiretamente, empréstimos ao Tesouro Nacional e a qualquer órgão ou entidade que não seja instituição financeira. Outro dispositivo autoriza o Banco Central a comprar e a vender títulos de emissão do Tesouro, com a finalidade de regular a oferta de moeda ou a taxa de juros.

O plenário aprovou emenda segundo a qual a União poderá condicionar a entrega dos recursos dos Fundos de Participação dos Estados e dos Municípios ao pagamento de débitos desses Estados e Municípios. A proposição foi aprovada por 368 votos, contra 12 e nove abstenções.

Outra emenda aprovada — desta vez com 312 votos a favor, 83 contra e nove abstenções — estabelece que a Lei de Diretrizes Orçamentárias, proposta pelo Executivo, terá de detalhar as despesas de capital. De autoria do Deputado César Maia (PDT-RJ) e do Senador Meira Filho (PMDB-DF), ela determina ainda que o Executivo terá de apresentar um relatório resumido da execução orçamentária, no prazo de 30 dias após o encerramento de cada bimestre.

Em consonância com o texto definido ontem pela Constituinte, caberá ao Tribunal de Contas da União calcular as quotas destinadas aos Estados e ao Distrito Federal provenientes de dez por cento do IPI. Essas quotas serão repassadas pela União e terão de ser proporcionais ao valor das exportações de produtos industrializados feitas pelos Estados e pelo Distrito Federal. Dos recursos recebidos, os Estados terão de entregar 25 por cento aos respectivos Municípios.

De acordo com o texto sobre Finanças Públicas, o Orçamento Fiscal e o Orçamento das Empresas Estaduais terão, entre as suas funções, a de reduzir desigualdades inter-regionais, segundo critério populacional.



No plenário da Constituinte, parlamentares discutem uma das emendas apresentadas sobre reforma tributária

Polêmica: o contribuinte pagará pela reforma?

Estados e Municípios ganharam e a União perdeu, reconhecem praticamente todos os Constituintes. Mas como fica o contribuinte, após a batalha travada na reforma do sistema tributário? As respostas são as mais diversas. O Deputado Afif Domingos (PL-SP) acha que o contribuinte vai pagar a conta desta reforma, mas o Deputado Francisco Dornelles (PFL-RJ) responde que "só um analfabeto em termos de tributação pode afirmar que houve um aumento de impostos a partir da elaboração da nova Constituição".

Um dos principais articuladores da reforma, Dornelles explica que "a Constituição não cria, não aumenta e não reduz impostos. Ela dá poder à União, aos Estados e aos Municípios para criarem impostos, limitando a competência de cada um. As leis da União, de Estados e Municípios é que definirão estes impostos". O Deputado Vivaldo Barbosa (PDT-RJ) concorda com a avaliação, afirmando que a Constituinte apenas criou a possibilidade de criação de novos impostos, como os impostos sobre ganhos de capital, herança e grandes fortunas.

O Deputado Irajá Rodrigues (PMDB-RS), integrante da Frente Municipalista, entende que não se



Dornelles: Não haverá ônus

pode adiantar se haverá aumento de tributação, porque a alteração na distribuição de alguns impostos gerou um quadro indefinido. Os impostos únicos sobre combustíveis, energia e minerais, por exemplo, passaram da competência da União para os Estados. Anteriormente, havia tributação sobre esses impostos, porque eram cobrados pela União e, paralelamente, embutidos no ICM. Agora, estão automaticamente incluídos no ICM:

— Com isso, poderiam afirmar que haverá uma redução na tributação, porque o imposto passará a ser cobrado apenas uma vez. Mas ocorre que os Estados poderão elevar as alíquotas do ICM, como ficou viabilizado pela Constituinte, para compensar esta perda. Ninguém pode fazer previsões agora.

Irajá Rodrigues acha que foi feita mais uma reforma financeira do que uma reforma tributária:

— É mais uma divisão de receita já arrecadada do que a busca de novas formas de arrecadação. Foi uma reforma fisiológica, acertada entre os Governadores, o Serra e o Dornelles. Isto impediu que se fizesse uma verdadeira reforma tributária.

Mas o Deputado Afif Domingos insiste na tese de que o contribuinte saiu perdendo. Ele cita como exemplo a criação do adicional do imposto de Renda sobre ganhos de capital. Este dispositivo foi criado para proporcionar ganhos para os Estados do Sul e Sudeste, mas acabará afetando todo o País, porque as empresas dos Estados ricos acabarão repassando para seus produtos — consumidos também no Norte e Nordeste — a elevação do custo do dinheiro necessário para os investimentos.

Centrão obstrui votação para negociar

BRASÍLIA — O Centrão provocou ontem o encerramento da sessão da Constituinte, ao retirar todos os seus parlamentares do plenário, com a finalidade de protelar a entrada em votação do Título VII, referente à Ordem Econômica, que ainda está sendo objeto de várias tentativas de negociação.

Antes da suspensão dos trabalhos, o plenário aprovou emenda instituindo uma Comissão Mista permanente do Congresso, que terá a função de examinar as contas do Presidente da República e a proposta de Orçamento, além de fiscalizar sua execução.

A criação da Comissão Mista permanente para fiscalizar a execução orçamentária — que era uma antiga reivindicação da pauta de ampliação dos poderes do Legislativo — foi aprovada por larga maioria: 384 votos contra apenas 17 e quatro abstenções.

A emenda, apresentada pelos Deputados José Jorge (PFL-PE) e José Serra (PMDB-SP), determina que a Comissão Mista dê parecer sobre o orçamento anual da União, o plano

plurianual, as diretrizes orçamentárias e os créditos adicionais solicitados pelo Governo, além de acompanhar permanentemente a aplicação dos recursos autorizados pelo plenário do Congresso.

Foi aprovada também, por 332 votos contra seis e 12 abstenções, uma emenda do Deputado Lélcio de Souza (PMDB-RS), determinando que todos os planos de desenvolvimento e aplicação de recursos sejam examinados pelo Congresso, que verificará se estão adequados ao Plano Plurianual do Governo.

Ontem, a falta de quorum foi comprovada quando entrou em votação a emenda do Deputado Vilson de Souza (PMDB-SC) e do Senador Edson Lobão (PFL-MA), suprimindo um dispositivo que permitiria a aprovação da lei orçamentária por decurso de prazo.

Somente 275 Constituintes votaram e o Presidente da Casa, Ulysses Guimarães, decidiu suspender a sessão para não prejudicar a matéria. O tema voltará como primeiro item da pauta de hoje, na sessão marcada para as 14h30.

Revisão corta dez artigos do texto

BRASÍLIA — Os primeiros 107 artigos do projeto da nova Constituição aprovados pelo plenário já foram reduzidos a 97, num trabalho de revisão do Relator Bernardo Cabral e seus auxiliares, que transformaram artigos em incisos ou parágrafos, parágrafos em alíneas e cortaram as incorreções de linguagem do texto.

O resultado foi entregue ontem aos integrantes da Comissão de Redação, designada para revisar o texto, no gabinete do Presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães. A comissão terá 12 dias para examinar o estudo e apresentará novas sugestões em sua próxima reunião, dia três de maio. A expectativa de Ulysses e da comissão — que regimentalmente começaria a trabalhar apenas após a aprovação do projeto em segundo turno — é a de que o adiamento em sua convocação permita acelerar os trabalhos do segundo turno, quando os Constituintes já votarão um texto sem incorreções.

Ao apresentar a Ulysses e à comissão o seu trabalho, que classificou de "garimpagem", Cabral explicou que sua revisão acabou com incoerências e repetições no texto, sem alterar em nada o seu conteúdo:

— Não se pode alterar o mérito do projeto. O que foi aprovado pela Constituinte, votado por seu plenário soberano, é intocável.

A primeira revisão do texto votado corrigiu a maior parte de seus dispo-

sitivos. Já no artigo primeiro, no capítulo dos Princípios Fundamentais, Cabral e sua equipe organizaram em seis incisos os seis princípios fundamentais do Estado democrático, que aparecem em texto corrido na redação aprovada pelo plenário.

O mesmo ocorreu no artigo quatro e o artigo cinco transformou-se num parágrafo único do artigo anterior, dispondo sobre a integração econômica, política, social e cultural que o Brasil buscará com os demais povos da América Latina. Outro procedimento comum foi a mudança de lugar de diversos dispositivos, para que matérias sobre assuntos correlatos fiquem juntas. Com este trabalho, o inciso 32 do artigo seis, que trata da liberdade de expressão da atividade intelectual, passará, por exemplo, a ser o inciso nove.

Ao instalar a comissão, Ulysses Guimarães — que a presidirá, tendo como "co-Presidentes" os Senadores Afonso Arinos (PFL-RJ) e Jarbas Passarinho (PDS-PA) — recebeu reclamações de dois partidos excluídos em sua composição: o PSB e o PDC, que insistiram em participar e obtiveram de Ulysses esta garantia. Assim, a comissão passou a ter cinco integrantes do PMDB, dois do PFL, dois do PDS e um do PDT, PTB, PT, PL, PC do B, PCB, PSB e PDC, além de dois assessores especiais, o filólogo Celso Cunha e o jurista José Afonso da Silva.

Frente indica áreas de exploração mineral

BRASÍLIA — Um painel de 16 metros quadrados, indicando no mapa do Brasil as áreas de exploração mineral, foi apresentado ontem ao Presidente da Constituinte, Deputado Ulysses Guimarães, pelos integrantes da Frente Parlamentar Nacionalista.

O mapa, que revela as concessões em mãos de empresas multinacionais, faz parte da estratégia dos nacionalistas para que o plenário confirme o texto apro-

vado pela Sistematização, que proíbe a exploração dos recursos minerais por empresas estrangeiras.

Os constituintes da Frente distribuíram ainda um relatório elaborado por 14 entidades da sociedade civil, em defesa da nacionalização da exploração mineral, e uma carta aberta, subscrita por 13 Governadores de Estado e 135 entidades, pela manutenção do monopólio estatal do petróleo e contra os contra-

tos de risco.

O mapa foi feito por técnicos do Conselho Nacional de Desenvolvimento Tecnológico (CNPq), tendo como base dados fornecidos pelo Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) e revela, conforme explicou o Deputado Otávio Elísio Alves de Brito (sem partido-MG), que 38,1 por cento da área explorada no País estão sob o domínio de grupos estrangeiros, enquanto que as empresas nacionais exploram 35 por cen-

to. A área total explorada por grupos estrangeiros — mais de 400 mil quilômetros quadrados — equivale aos territórios de São Paulo, Rio de Janeiro e Santa Catarina somados. A B-Brascan detém a maior fatia das concessões, com uma área de 192.958 quilômetros quadrados.

A Frente Nacionalista deseja assegurar na Constituição princípios que possam impedir a livre atuação das empresas es-

trangeiras, estabelecendo os bens minerais como bens da União, o monopólio do petróleo e a cessão de lavras exclusivamente para brasileiros e empresas nacionais, de acordo com o que foi aprovado na Comissão de Sistematização. A matéria deverá ser apreciada em plenário na próxima semana, sem muitas chances de acordo, já que o Centrão alterou profundamente o projeto em seu substitutivo para o título da Ordem Econômica.

Grupos ainda divergem sobre Ordem Econômica

BRASÍLIA — O Centrão está longe de obter unidade; o PMDB dividido; as esquerdas nem começaram a negociar. Os grupos não têm certeza do poder de força de cada setor para optar pelo confronto, e o sentimento de insegurança é comum entre os constituintes.

Diante deste quadro de impasse nas negociações, o Título da Ordem Econômica só entrará em votação na próxima semana, embora esteja em pauta a partir de hoje, quando deverá ser concluída a votação do Título sobre o Sistema Tributário.

As conversas iniciais entre o PMDB e o Centrão vinham transcorrendo em clima ameno e chegou-se a prever que os acordos aconteceriam sem muitos problemas. Nos últimos dias, entretanto, as divergências se aprofundaram de tal forma que as principais lideranças de ambos os lados estão pessimistas quanto à viabilidade de entendimentos nos pontos mais críticos da matéria.

O PMDB não conseguiu avançar além da discussão sobre o conceito de empresa nacional na reunião realizada na residência do Senador Severo Gomes (PMDB-SP), o interlocutor designado pelo Líder Mário Covas para negociar dentro do partido e junto ao Centrão.

Participaram da reunião, além de Severo, os Deputados Virgíldio de Senna (PMDB-BA) e Arthur da Távola (PMDB-RJ), pela liderança. O Deputado Ronaldo Cezar Coelho (PMDB-RJ) representou o segmento empresarial, enquanto o Deputado Hélio Duque (PMDB-PR) foi convidado como representante da Frente Parlamentar Nacionalista.

O Centrão também está dividido. A maioria defende a manu-



Albano Franco, Afif Domingos, Severo Gomes e Luis Ponte buscam acordo

tenção da proposta do grupo, mas a insegurança quanto à capacidade de mobilização dos constituintes — seria preciso garantir a presença em Brasília de pelo menos 280 votos favoráveis — pode levar à negociação.

O Centrão decidiu, de qualquer forma, mobilizar seus constituintes para estarem hoje em Brasília, mas a orientação é a de não dar quorum para iniciar a votação.

Os partidos de esquerda — PT, PDT, PCB, PSB e PCdoB — e o Movimento Unidade Progressista do PMDB (MUP) têm a sua primeira reunião formal com o líder Mário Covas hoje pela manhã. Eles vão dizer a Covas que não estão dispostos a votar preferencialmente o texto do Centrão e que apoiam o projeto da Comissão de Sistematização.

Segundo o Deputado Vladimir Palmeira (PT-RJ), a única possibilidade de as esquerdas votarem o texto do Centrão é o acordo entre Covas e os centristas garantir

a nacionalização do setor mineral e um conceito de empresa nacional que imponha restrições à presença no País dos grupos multinacionais.

Depois do encontro com as esquerdas, Covas reúne-se com seus Vice-Líderes para uma avaliação do quadro. Ele está decidido a só fechar a estratégia da sua bancada por acordo mediante a garantia dos demais partidos de esquerda e MUP de que não se repetirá o que aconteceu em outras votações: ou seja, ele assume uma postura em nome destes grupos e na hora de votar cada um parte para marcar posição, deixando para ele o ônus do desgaste político.

Segundo Luís Roberto Pontes (PMDB-RS), há muitas dificuldades no Centrão para negociar as propostas do PMDB. Da mesma forma, Severo Gomes não está sendo feliz nas tentativas de intermediações entre as propostas em jogo dentro do seu partido.

Para Afif, grupos de pressão prejudicam

BRASÍLIA — A presença excessiva de representantes dos diversos grupos de pressão na Constituinte começa a ser apontada por constituintes como um dos principais fatores que contribuem para que a nova Carta se torne detalhista. Segundo o Deputado Afif Domingos (PL-SP), a persistir o trabalho destes grupos, a nova Carta será a mais corporativista da História brasileira.

Desde o início dos trabalhos, o prédio do Congresso é ocupado por representantes dos diversos setores cujos interesses estão em jogo, tentando convencer políticos e lideranças partidárias. A cada Título votado, mudam os personagens, mas não a cena: executivos apresentam aos Constituintes textos prontos que gostariam de ver aprovados e trabalham durante o processo de decisão da matéria, no plenário ou nos corredores.

— A grande dificuldade é enfrentar os conflitos de interesses de cartórios empresariais, que aproveitam a Constituinte para inserir artigos que preservem seus interesses — diz Afif.

Segundo o parlamentar, esta tendência clientelística cria situações de conflito em que fica difícil separar o que é ideologia do que é fisiologismo. Um exemplo está ocorrendo neste período que antecede a votação da Ordem Econômica, quando se misturam grupos interessados na distribuição dos derivados de petróleo com os que defendem a empresa nacional e outros que se dedicam à questão agrária.